

Credores gostam dos discursos, mas preferem dinheiro.

Quem estiver imaginando que as reuniões de cúpula, quase simultâneas, dos países endividados da América Latina e da África, em Acapulco (México) e Abidjã (Costa do Marfim), contribuíram para avançar significativamente o processo de negociação da dívida, está muito enganado. Os comunicados finais dos dois encontros não parecem destinados a tirar o sono dos credores que continuam não aceitando algumas das principais recomendações.

Os africanos que representam uma dívida de US\$ 200 bilhões reivindicam, entre outras coisas, uma limitação do serviço da dívida a uma percentagem aceitável das receitas de exportação, suspensão dos pagamentos por dez anos e reescalonamento global num prazo de 50 anos. Poucos são os que acreditam que alguns desses itens possam ser examinados pelos credores.

Quanto aos latino-americanos, com uma dívida de US\$ 330 bilhões, setores bancários franceses aplaudiram o tom da declaração final, definindo-a como "moderada e razoável". Um deles chegou a falar em posição "pragmática e responsável" de alguns países, citando o caso do Brasil, que promete atacar o mal pela raiz reduzindo suas defesas públicas e anunciando uma importante reforma fiscal, aliás na linha das recomendações do FMI. Os banqueiros esperam apenas que o Brasil possa adotar medidas para estancar seu processo inflacionário, que voltou a disparar. Se tudo isso ocorrer, eles acreditam que inevitavelmente se poderá chegar até a avaliação dos créditos bancários com base no preço de mercado.

Mas, fora isso, tudo continua como antes. Os bancos não abrem mão do papel que o FMI vem desempenhando até aqui, tratando caso por caso com os países devedores e vinculando os reescalamentos à aplicação de programas de ajustes econômicos internos. Assim sendo, os discursos de Abidjã e Acapulco em nada modificaram a atitude dos credores, públicos e privados, quanto à dívida dos

países em desenvolvimento.

Nenhuma preocupação nova quanto à eventual formação de uma "frente dos endividados", pelo menos a curto prazo, pois se acredita que essa idéia terá ainda um longo caminho pela frente.

Certos banqueiros franceses reconhecem, entretanto, como ponto positivo, o fato de que os países da América Latina e África se reuniram para tratar desse problema. Pelo menos essa é uma vantagem em relação aos países industrializados que ainda não conseguiram chegar a um acordo para reunir o Grupo dos Sete, apesar das insistentes solicitações da França para pôr ordem no sistema monetário internacional e interromper a queda do dólar. No que diz respeito à coordenação internacional, os países em desenvolvimento ganharam pontos no México e na Costa do Marfim.

Mesmo novas ameaças de mortatória já não têm o mesmo efeito de um passado recente. Recorda-se que a dívida do Terceiro Mundo atinge a US\$ 1 trilhão, mas a crise financeira de Wall Street provocou uma perda pelo menos duas vezes superior. Além disso, à medida que o tempo passa, os meios bancários internacionais se preparam para, a longo prazo, enfrentar tal situação. Por enquanto eles procuram adiar o acontecimento, enquanto certos países devedores procuram antecipá-lo. Em off áreas significativas da comunidade financeira internacional reconhecem que a África nunca poderá reembolsar sua dívida, sequer os juros. O mesmo é válido para diversos países da América Latina.

Finalmente, esses setores estão convencidos de que o crack financeiro que atingiu o mundo ocidental nos meses de outubro e novembro vai aprofundar ainda mais a crise dos endividados. A queda do dólar e redução das taxas de juros podem não compensar as perdas de exportação que esses países poderão sofrer com a diminuição do consumo e crescimento do protecionismo nos países industrializados.

Realci Júnior, de Paris.